

Processo nº:	TC-16080.989.23-9
Representante:	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LIVROS E CONTEÚDOS EDUCACIONAIS (CNPJ 65.520.074/0001-02) ADVOGADO: TALITA SANTOS CRUZ (OAB/SP 455.203)
Representado(a):	SECRETARIA DA EDUCACAO (CNPJ 46.384.111/0001-40)
Interessado(a):	TARCISIO DE FREITAS (CPF ***.777.838-**) RENATO FEDER (CPF ***.171.268-**)
Assunto:	Denúncia ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) em face de decisão do Estado de São Paulo, que deixou de aderir ao Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para adotar material didático próprio
Processos referenciados:	00015740.989.23-1, 00015758.989.23-0, 00015763.989.23-3

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

Retornam os autos ao Ministério Público de Contas, após o atendimento do pleito ministerial formulado no evento 85 do TC-16080.989.23-9.

Naquela oportunidade, o *Parquet* de Contas refutara a hipótese de perda de objeto e suscitara a necessidade de cautela na análise da matéria, principalmente diante de potencial repercussão financeira da contratação realizada de material didático-pedagógico digital e da decisão de não adesão, mesmo que posteriormente interrompida, ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) por parte da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo – SEE-SP.

Dessa forma, o MPC propôs encaminhamento da matéria ao setor competente da Fiscalização para que fossem apurados os gastos públicos realizados com a contratação de material apostilado unificado digital, bem como com sua impressão e encadernação, em virtude do potencial prejuízo de aprendizagem aos educandos.

Atendido o pedido (evento 92.1), a DF-06 foi devidamente notificada e cumpriu as providências ao evento 101 do TC-16080.989.23-9.



O respectivo relatório apurou, em síntese, os empenhos, liquidações e pagamentos com serviços de contratação de matéria apostilado unificado digital (além da sua impressão e encadernação) nos últimos dois anos, descrevendo os seguintes quantitativos:

Exercício	Subitem	Empenhado	Liquidado	Pago	Pago de exercícios anteriores
2022	33903983 - SERVICOS GRAFICOS	R\$ 233.521.000,70	R\$ 233.521.000,70	R\$ 101.758.980,13	R\$ 124.178.318,44
2023	33903983 - SERVICOS GRAFICOS	R\$ 247.602.250,50	R\$ 112.683.245,05	R\$ 112.682.045,05	R\$ 130.802.644,26

Evento 101.1, fls. 2

Outrossim, a instrução compilou as despesas relativas aos serviços de infraestrutura de TI, *tablets* e *notebooks* relacionados à matéria nos mesmos exercícios:

Exercício	Objeto	Empenhado	Liquidado	Pago	Pago de Exercícios anteriores
2022	Infra TI, Tablets e Notebooks (LP Positivo)	R\$ 662.904.412,22	R\$ 662.904,41	R\$ 148.365,17	R\$ 228.061.069,61
2023	Infra TI, Tablets e Notebooks (LP Positivo)	R\$ 26.809.329,50	R\$ 25.078,50	R\$ 25.027,03	R\$ 440.363.006,90

Evento 101.1, fls. 4

Eis o contexto em que vêm os autos ao MPC para atuação como *custos legis*.
É o breve relatório.

Os dados trazidos pela 6ª Diretoria de Fiscalização são instigantes e trouxeram novas indagações a este *Parquet* de Contas em busca do entendimento do que seria um padrão histórico e do que, eventualmente, poderia vir a se configurar como uma expansão recente e desproporcional na aquisição de itens de tecnologia de informação, bem como na impressão gráfica de materiais didáticos digitais na rede estadual de ensino paulista.



O comportamento médio do gasto dos anos anteriores é dado de relevo para interpretar a razoabilidade do volume contratado nos dois últimos exercícios. Assim, a série histórica permitiria aferir a demanda supostamente ordinária por tais bens e serviços, para que, ato contínuo, fosse possível contrastá-la, no que coubesse, com a hipótese de incremento extraordinário na digitalização educacional nos anos de 2022 e 2023.

A experiência do ensino remoto e/ou híbrido durante pandemia da Covid-19 evidenciou empiricamente o risco de perda significativa de qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com o uso intensivo da digitalização educacional. A esse respeito, é oportuno resgatar a experiência internacional, embasada em estudos pedagógicos robustos, que refuta a hipótese de uma mudança abrupta em prol da digitalização maciça nas salas de aula, como se pode ler em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/suecia-decidiu-voltar-a-livros-fisicos-na-contramao-do-que-planeja-governo-tarcisio.shtml>, cuja matéria segue abaixo transcrita:

'Crise de leitura': o que dizem os estudos que levaram a Suécia a retomar livros de papel

Mesmo países que contam com maior digitalização de conteúdos mantêm modelos híbridos nas escolas



5.ago.2023 às 8h00
Atualizado: 8.ago.2023 às 21h01

Ouvir o texto **A-** **A+**

Paulo Saldaña

BRASÍLIA A ideia do governo [Tarcísio de Freitas](#) (Republicanos) de [abandonar o uso de livros físicos para parte dos alunos](#) da rede estadual de São Paulo, [descartada após fortes críticas](#), não se alinha à tendência mundial e contraria estudos recentes. Mesmo países que contam com maior digitalização de conteúdos mantêm modelos híbridos e a [Suécia](#), que havia avançado nesse sentido, anunciou recentemente que voltou atrás.

Um dos países com melhores resultados educacionais no mundo, a Suécia se amparou em resultados de pesquisas científicas e em resultados de seus alunos em avaliações internacionais para decidir retomar os livros didáticos em papel. O país vinha substituindo o papel gradualmente por materiais digitais ao longo dos últimos 15 anos.



Avenida Rangel Pestana, 315, 6º andar, São Paulo - SP, CEP 01017906



(11) 3292-4302



mpc.sp.gov.br



[mpc.sp](https://www.facebook.com/mpc.sp)



[MPdeContas_SP](https://twitter.com/MPdeContas_SP)



[mpc_sp](https://www.instagram.com/mpc_sp)



spoti.fi/20QcAcq

A própria ministra das escolas da Suécia, Lotta Edholm, escreveu artigo, em dezembro, em um periódico sueco em que colecionou conclusões de prejuízos com a ausência dos livros físicos. Ela citou estudos reunidos pela agência nacional sueca para a [educação](#).

Em maio, o plano foi oficializado e houve anúncio de um investimento no ano equivalente a R\$ 315 milhões para a compra de livros didáticos em papel. Investimento similar será mantido em anos seguintes.

"Aqueles que leram o texto impresso foram mais capazes de reproduzir os pontos principais, lembraram-se de mais partes e apresentaram melhor compreensão geral da leitura", escreveu Edholm no "Expressen", em referência a um dos estudos.

A agência nacional sueca para a educação, ligada ao governo, relatou em artigo uma série de conclusões científicas que mostram que há melhor compreensão de leitura ao ler textos impressos. A entidade cita nove estudos que abordam o tema, de vários países como Estados Unidos e Espanha.

Um dos exemplos é um estudo de 2017 de pesquisadores da Universidade de Wurtzburgo, da Alemanha, com cerca de 3.000 alunos da 1ª à 6ª série. Eles fizeram um teste de leitura cronometrada, em papel ou em um computador.

"Os alunos que resolveram as tarefas na tela do computador trabalharam mais rápido, mas também em detrimento da precisão da leitura", diz o texto da autoridade sueca. "Os que leram na tela erraram mais ao responder a prova do que os que responderam em papel."

A decisão da Suécia levou em conta também os resultados do [Pirls, avaliação internacional de leitura](#). Mesmo com resultados ainda positivos se comparados com outros países, inclusive da [Europa](#), o governo sueco identificou uma "crise de leitura".

Em São Paulo, o secretário de Educação, Renato Feder, abriu mão de usar obras didáticas do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), como a **Folha** revelou. O PNLD é um programa federal, liderado pelo [MEC](#) (Ministério da Educação), que compra e entrega obras para todo o país.

A decisão de Feder [não foi precedida por qualquer estudo](#). Também não houve diálogo com professores e gestores, muito menos formação docente para o novo modelo.



Na Suécia, país altamente digitalizado, a discussão está centrada na redução do contato com telas. Em São Paulo, a experiência na pandemia mostrou que é baixa a conectividade dos estudantes, e Feder tem criticado a qualidades dos livros (muitos são usados por escolas privadas) e, ao jornal O Estado de S.Paulo, falou que o professor passará uma apresentação e os alunos, vão anotar.

A **Folha** mostrou que, sem TV ou computador nas salas, [professores têm que imprimir livro digital](#) do governo de SP.

Um estudo recente da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) alertou para [riscos do uso de celular em sala de aula](#) e que são escassas evidências de impacto positivo da tecnologia digital na educação.

Não há nos relatórios periódicos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) informações de quais países adotam livros físicos ou digitais. Mas a experiência de especialistas com a educação internacional indica para um uso disseminado de obras físicas, mesmo com o avanço de materiais digitais.

O Instituto Reúna realizou pesquisas que abordam a experiência de 11 países que adotam livros didáticos digitais. O estudo foi motivado por evidências de que a grande maioria dos professores brasileiros tem no livro didático o principal recurso de trabalho.

A diretora executiva da entidade, Katia Smole, diz que a decisão do governo paulista "não é uma tendência" internacional. Segundo ela, foi possível identificar que o movimento desses países em ampliar a oferta de materiais não físicos começou com a própria evolução da digitalização governamental desses locais.

Ao analisar experiências como as da Coreia do Sul, Holanda e Estônia, o instituto identificou, segundo Smole, uma predominância de adoções graduais, com treinamento de professores, manutenção dos livros físicos (em modelos híbridos) e ampliação das opções digitais —o que não significa colocar projeções de power point, como sugeriu Feder.

"Os professores têm toda uma formação para trabalhar com os estudantes nesse modelo híbrido e os resultados são avaliados permanentemente, para que editoras e edtechs que fornecem plataformas possam melhorar", diz Smole, que já foi secretária de Educação Básica do MEC.

Ela também ressalta que há necessidade de olhar para as evidências científicas que têm se acumulado e que mostram que os piores resultados são quando os alunos fazem tudo em tela.

O estudo do Instituto Reúna apresenta uma reflexão sobre as experiências internacionais, sem concluir que iniciativas nesse sentido sejam sempre desastrosas. O material pondera que, "para além de acesso à internet e aos dispositivos, é necessário que os currículos, os materiais didáticos, as formações de professores e as avaliações funcionem de maneira articulada e coerente na utilização dos livros didáticos digitais".

Katia Smole vai na mesma linha. "Não posso analisar a decisão em si, mas o que foi mostrado não veio acompanhado com um plano integral que apoie os próximos passos. E não estamos vendo o material didático digital no conceito que o mundo está usando", diz.



A reportagem acima ilustra bem o quanto é preciso conciliar – com parcimônia e lastro em evidências científicas – instrumentos didáticos digitais e materiais pedagógicos impressos. Todavia, aparentemente, tal cautela não foi adotada na política pública educacional paulista.

Como os presentes autos verificam precisamente a consistência, a legitimidade e a economicidade da opção da SEE-SP por uma digitalização quase integral dos materiais didáticos na rede estadual de ensino e diante dos dados trazidos pela Fiscalização, este *Parquet* de Contas resgatou informações relevantes no Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – SIGEO, junto à Secretaria da Fazenda Estadual, que demonstram que, **a partir de 2022¹, houve um aumento significativo de gastos com material digital complementar pelo Estado de São Paulo (seja com impressão e encadernação de material, seja com aquisição de equipamentos de TI)**, senão vejamos.

Com relação ao “Subitem 33903983 –Serviços Gráficos”, foram colhidos os seguintes valores sobre as despesas nos últimos cinco exercícios:

Exercício	Subitem	Empenhado	Liquidado	Pago	Pago de Restos	Total pago
2019	33903983 - Serviços Gráficos	R\$ 111.362.301,67	R\$ 111.362.301,67	R\$ 46.617.946,66	R\$ 9.491.278,10	R\$ 56.109.224,76
2020	33903983 - Serviços Gráficos	R\$ 185.167.006,73	R\$ 185.167.006,73	R\$ 32.193.377,97	R\$ 54.330.946,57	R\$ 86.524.324,54
2021	33903983 - Serviços Gráficos	R\$ 136.444.041,46	R\$ 136.444.041,46	R\$ 11.597.203,35	R\$ 130.064.149,40	R\$ 141.661.352,75
2022	33903983 - Serviços Gráficos	R\$ 255.479.716,21	R\$ 255.479.716,21	R\$ 116.635.911,99	R\$ 130.215.189,79	R\$ 246.851.101,78
2023	33903983 - Serviços Gráficos	R\$ 273.145.901,22	R\$ 133.242.366,99	R\$ 130.241.779,78	R\$ 138.167.438,07	R\$ 268.409.217,85

Fonte: SiGEO

Constata-se que, entre **2019 e 2021**, houve um **empenho médio anual de R\$ 144.324.449,95**. Porém, a partir de 2022, o montante empenhado se elevou a valor superior a

¹ É importante pautar 2022 e 2023 conjuntamente, até porque houve contratações naquele último ano do governo anterior que, direta ou indiretamente, afetaram a política estadual de educação atual. Houve, no debate público, até mesmo questionamento sobre potencial conflito de interesses em aquisições realizadas no final do mandato anterior com empresa, a cujo quadro diretivo o atual Secretário de Estado de Educação pertencia (como se pode ler em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/12/empresa-ligada-a-futuro-secretario-de-tarcisio-firma-contrato-milionario-com-governo-de-sp.shtml>).



R\$ 255 milhões – representando um **crescimento de 77% em relação à média até então**. Desempenho similar é visto com relação aos valores liquidados.

Em termos de **valor total pago**, a média dos últimos três exercícios anteriores a 2022 era de **R\$ 94.764.967,35**, enquanto, **em 2022 pagou-se R\$ 246.851.101,78**, cerca de **161% a mais** do que o valor médio.

Registre-se, por ser oportuno, que, em 2023, manteve-se a tendência de elevação com a superação do patamar de 2022. Eis o contexto em que o montante de **R\$268 milhões pagos em 2023** pode ter sido, direta ou indiretamente, influenciado pela opção por imprimir e encadernar parcialmente o material didático digital, como noticiado em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/apos-pessao-governo-de-sp-recua-e-vai-imprimir-e-encadernar-livro-digital-para-alunos.shtml>

Após pressão, governo de SP recua e vai imprimir e encadernar livro digital para alunos

Decisão de não aderir a programa nacional de livros didáticos e oferecer apenas conteúdo digital foi alvo de críticas



5.ago.2023 às 20h51

Atualizado: 5.ago.2023 às 22h29

Ouvir o texto

A-

A+

SÃO PAULO Após repercussão negativa, o governador [Tarcísio de Freitas \(Republicanos\)](#) voltou atrás da [decisão de abandonar o livro físico](#), e disse que o governo de [São Paulo](#) também vai oferecer material didático impresso para os alunos da rede estadual de ensino. As apostilas serão baseadas no [conteúdo digital que já está sendo utilizado nas escolas](#).

"Nós vamos encadernar [o material] e entregar impresso, encadernado. Ou seja, se o aluno quiser estudar digitalmente ele vai poder, se ele quiser estudar no conteúdo impresso ele também vai ter essa opção", disse Tarcísio neste sábado (5), durante a inauguração de uma creche em Biritiba Mirim, na Grande São Paulo.



Avenida Rangel Pestana, 315, 6º andar, São Paulo - SP, CEP 01017906



(11) 3292-4302



mpc.sp.gov.br



[mpc.sp](https://www.facebook.com/mpc.sp)



[MPdeContas_SP](https://twitter.com/MPdeContas_SP)



[mpc_sp](https://www.instagram.com/mpc_sp)



spoti.fi/20QcAcq

Para fins de avaliação sobre a razoabilidade e a adequação da despesa de impressão e encadernação das apostilas/ slides digitais, o *Parquet* de Contas reputa necessário que seja **assinado prazo à Origem**, demandando que a SEE-SP se justifique e, em especial, que detalhe como ocorreu a distribuição dos materiais impressos às escolas. É imperativo o levantamento detido do custo de impressão e encadernação para atender à demanda de materiais para todas as disciplinas, bimestre a bimestre, distribuídos a cerca de 3,6 milhões de estudantes em 5.200 escolas da rede pública estadual de ensino de São Paulo ao longo do ano letivo de 2023.

Some-se a isso o custo de oportunidade da opção da SEE-SP por abrir mão do material impresso gratuitamente disponibilizado pelo PNLD estimado em cerca de R\$120 milhões/ano, tal como investigado pelo MPSP e noticiado em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/ministerio-publico-vai-investigar-decisao-do-governo-tarcisio-de-usar-so-livro-digital-nas-escolas.shtml>:

Ministério Público vai investigar decisão do governo Tarcísio de usar só livro digital nas escolas

Promotora cobra explicações da Secretaria da Educação e questiona impacto pedagógico e na saúde



3 ago. 2023 às 17h11

🔊 Ouvir o texto A- A+

Laura Mattos

SÃO PAULO O Ministério Público de São Paulo instaurou um inquérito civil para investigar a decisão do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) [de utilizar apenas livros digitais, e não mais os impressos, nas escolas estaduais a partir do 6º ano.](#)

Ao abrir o inquérito, a promotora Fernanda Peixoto Cassiano questionou o fato de que, com essa decisão, o governo optou por abrir mão de R\$ 120 milhões que receberia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Essa é a primeira vez que São Paulo fica fora do programa, destinado a comprar livros didáticos para os Estados com verbas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, do MEC.

Em ofício a ser encaminhado à Secretaria do Estado da Educação de São Paulo, a promotora citou o fato de o governo ter anunciado que será o responsável pela elaboração do conteúdo didático e cobrou informações sobre quem serão as pessoas e as empresas que irão elaborar esse material, além dos custos.



Avenida Rangel Pestana, 315, 6º andar, São Paulo - SP, CEP 01017906



(11) 3292-4302



mpc.sp.gov.br



[mpc.sp](https://www.facebook.com/mpc.sp)



[MPdeContas_SP](https://twitter.com/MPdeContas_SP)



[mpc_sp](https://www.instagram.com/mpc_sp)



spoti.fi/20QcAcq

Noutra esfera, para o “subitem 44905220 – Equipamentos de TI”, relacionado às compras de infraestrutura para possibilitar o material pedagógico digital, os dados coletados foram os seguintes:

Exercício	Subitem	Empenhado	Liquidado	Pago	Pago de Restos	Total pago
2019	44905220 - Equipamentos de TI	R\$ 115.551.984,24	R\$ 115.551.984,24	R\$ 72.489.537,56	R\$ 427.600,00	R\$ 72.917.137,56
2020	44905220 - Equipamentos de TI	R\$ 913.937.055,06	R\$ 913.937.055,06	R\$ 40.799.776,11	R\$ 40.112.144,05	R\$ 80.911.920,16
2021	44905220 - Equipamentos de TI	R\$ 459.667.013,88	R\$ 459.667.013,88	R\$ 459.667.013,88	R\$ 117.814.927,30	R\$ 577.481.941,18
2022	44905220 - Equipamentos de TI	R\$ 1.594.952.505,65	R\$ 1.594.952.505,65	R\$ 297.112.652,79	R\$ 558.816.122,99	R\$ 855.928.775,78
2023	44905220 - Equipamentos de TI	R\$ 650.935.425,95	R\$ 535.858.274,14	R\$ 302.248.903,47	R\$ 1.292.623.609,56	R\$ 1.594.872.513,03

Fonte: SiGEO

Tal qual ocorreu com os serviços gráficos, houve relevante incremento nas despesas efetivamente pagas com a aquisição de equipamentos eletrônicos, ao longo do período de 2019 a 2023, culminando com montante de quase R\$1,6 bilhão pago nesse último exercício.

A esse respeito desse volume considerável de aquisição de itens de TI, cabe indagar – em sede de **assinatura de prazo à SEE-SP** – as seguintes questões:

- 1) os gastos se referem à aquisição de *tablets* e *notebooks* para atender a qual número de estudantes da rede estadual de ensino?
- 2) como e quando ocorreu a entrega de tais equipamentos?
- 3) houve a universalização na distribuição dos equipamentos em prol de todos os educandos da rede paulista de ensino?
- 4) qual seria a política de reposição de eventuais perdas, bem como de renovação tecnológica periódica dos equipamentos cedidos aos alunos?



5) há algum planejamento de médio prazo em relação a esse tipo de despesa de capital, cuja expansão na série histórica recente revela uma aceleração potencialmente temerária?

Do mesmo modo que tem havido um considerável processo de expansão dos gastos com a impressão de material didático e com a compra de equipamentos (*hardware*), igualmente importa aferir a volumosa repercussão financeira da contratação realizada de material didático-pedagógico digital (plataformas, *slides* e apostilas digitais, entre outros itens de propriedade intelectual e licenças de *softwares*), em meio a um temerário e potencialmente danoso ao erário experimentalismo pedagógico que apenas foi parcialmente revertido porque impugnado judicialmente.

É patente que tal alteração insuficientemente motivada chegou a vigorar por tempo hábil a produzir efeitos financeiros, tanto quanto colocou em risco o direito ao padrão mínimo de qualidade educacional, na forma do art. 206, VII da CF/1988, de milhões de estudantes da maior rede pública estadual de ensinos fundamental e médio do país.

Os riscos envolvidos nessa guinada em prol da compra de material apostilado digital unificado, em detrimento das obras gratuitamente oferecidas ao Estado de São Paulo pelo PNLD/FNDE, passam igualmente pela falta de avaliação técnica prévia isenta da qualidade, pelos elevados impactos administrativos, financeiros e operacionais da contratação e chegam aos potenciais prejuízos aos educandos da estratégia de substituição completa do material impresso pelo conteúdo meramente digital. Esse é precisamente o terceiro eixo de indagações acerca da motivação da escolha empreendida pela SEE-SP, em sede de **assinatura de prazo**.

Some-se a isso o considerável custo de oportunidade imposto ao erário paulista ao adotar material complementar quando esse recurso poderia ser investido em outras áreas mais prioritárias da educação e efetivamente consonantes com as metas do Plano Estadual de Educação. A política pública estadual de educação tem apresentado inúmeras fragilidades há anos, demandando investimentos para a solução de problemas graves relacionados ao inadimplemento das metas e estratégias do PNE.



Esta Procuradoria de Contas, ao se manifestar nos autos que abrigaram as contas anuais da Secretaria de Estado da Educação referentes ao exercício de 2013, pontuou uma série de irregularidades que demonstram claramente a situação preocupante acima mencionada, como se pode ler em <https://www.mpc.sp.gov.br/procuradora-de-contas-faz-radiografia-da-fragil-condicao-da-politica-de-educacao-no-estado-de-sao>.

Muito embora seja histórico o panorama de precariedade operacional da política educacional paulista, a opção pela substituição do material impresso oferecido ao Estado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático pode ter rebaixado ainda mais a já inepta qualidade do ensino oferecido aos educandos da rede estadual de ensino.

Tal hipótese foi, aliás, aventada no debate público após a divulgação recente dos resultados do IDEB relativos ao último biênio avaliativo encerrado em 2023, como se pode ler em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/08/desempenho-do-ensino-medio-de-sp-recua-e-e-menor-do-que-antes-da-pandemia.shtml>, bem como na reportagem transcrita a seguir:

IDEB - EDUCAÇÃO - SÃO PAULO

Desempenho do ensino médio de SP recua e é menor do que antes da pandemia

OUTRO LADO: Gestão Tarcísio diz que resultado mostra déficit da pandemia e que ações foram implementadas a partir do 2º semestre

14 ago. 2024 às 12h53
Atualizado: 14.ago.2024 às 16h36

EDIÇÃO IMPRESSA

Ouvir o texto A- A+

Isabela Palhares
Paulo Saldaña

SÃO PAULO e BRASÍLIA A rede estadual de [São Paulo](#) registrou queda de rendimento no ensino médio em 2023, segundo o [Ideb](#) (Índice de Desenvolvimento da [Educação](#)), principal indicador de qualidade da educação básica do país. A avaliação foi feita no fim do primeiro ano de mandato do governador [Tarcísio de Freitas](#) (Republicanos).

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (14) pelo [MEC](#) (Ministério da Educação). São Paulo tinha uma média de 4,3 para o ensino médio em 2019. O indicador subiu para 4,4 em 2021, mas caiu para 4,2 em 2023. O índice vai de zero a 10.

- Entenda o [Ideb](#), índice que mede a qualidade da educação no Brasil

A queda em São Paulo, que coincide com o primeiro ano da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), vai na contramão da recuperação registrada pela média nacional para essa etapa, que teve ligeira alta em relação aos níveis de aprendizagem pré-pandemia.

A média das redes estaduais de ensino do país foi de 3,9 em 2019 e 2021. Em 2023, houve ligeiro crescimento para 4,1.

A rede estadual de [Goiás](#), estado governado por [Ronaldo Caiado](#) ([União](#)), foi a que teve o melhor resultado do [Ideb](#), com média de 4,8. Em seguida está o Espírito Santo (Renato Casagrande, PSB) e Paraná (Ratinho Junior, PSD), com média de 4,7.



Duas seriam as razões cogitadas pelos analistas educacionais consultados pelo jornal Folha de S. Paulo na aludida reportagem, a saber:

- 1) Adesão precipitada do Estado ao arranjo de conteúdos programáticos flexibilizados da Reforma do “Novo Ensino Médio”, que reduziu a carga horária de disciplinas obrigatórias e pode ter comprometido a formação básica dos estudantes no ensino médio; bem como
- 2) Adoção aparentemente espaiada de plataformas e material didático digitais, em substituição ao material impresso oferecido pelo PNLD.

A esse respeito, vale a pena prosseguir na transcrição da supracitada reportagem que tentou investigar as possíveis causas no retrocesso do IDEB da rede pública estadual de ensino médio em São Paulo:

A queda do desempenho em São Paulo acontece no momento em que o governo apostou em duas políticas para essa etapa. A primeira, ainda durante o governo João Doria (ex-PSDB), foi a implementação antecipada do novo ensino médio.

São Paulo foi o primeiro estado a fazer as mudanças curriculares para a etapa, tendo iniciado o novo formato um ano antes do restante do país. Assim, as alterações entraram em vigor no primeiro ano do ensino médio em 2021, no segundo ano em 2022 e, no terceiro ano, em 2023 —ou seja, os alunos avaliados no Ideb 2023 foram os que completaram todo o ensino médio sob o novo modelo.

Como mostrou a **Folha**, a nova organização da grade curricular do ensino médio em São Paulo deixou os alunos sem aulas de história, geografia, biologia, química e física no último ano dessa etapa de ensino em 2023. Eles também só tinham duas aulas por semana de matemática e duas de português.

Os resultados das provas do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), que compõem o cálculo do Ideb, mostram que houve queda do rendimento dos alunos paulistas em português e matemática.

Em 2023, a média dos estudantes foi de 264,66 em matemática e de 274,43 em português —são as menores notas registradas desde 2017.



Diante das críticas ao novo ensino médio em São Paulo, o governo Tarcísio fez ainda no ano passado uma nova alteração na grade curricular dessa etapa para aumentar a carga horária de disciplinas comuns.

"Essa é uma questão muito específica de São Paulo, que tem sempre essa mania de tentar se antecipar aos movimentos que acontecem na política educacional nacional. E assim faz reformas antecipadas, apressadas, sem tempo para a rede de ensino se adaptar", diz Fernando Cássio, professor da Faculdade de Educação da USP.

Outra política que impactou a rede de ensino paulista, na avaliação de Cássio, foi o intenso processo de digitalização, iniciado pelo secretário de Educação de Tarcísio, o empresário da área de tecnologia Renato Feder. Ele adotou uma série de aplicativos e plataformas digitais para serem usados nos processos pedagógicos e monitorar o trabalho dos professores.

Ele chegou a anunciar que não iria mais usar livros didáticos, mas recuou depois de forte repercussão negativa. Apesar disso, manteve a produção e cobrança do uso de aulas digitais nas escolas e, inclusive, começou a produzi-las como o uso de ferramentas de inteligência artificial.

"Essa plataformização exacerbada nas escolas leva alunos e professores a pararem de ver sentido no processo educativo. Por que o objetivo de ir para a escola deixa de ser o aprendizado e se torna o de preencher plataformas. É uma soma de fatores muito danosos que fazem São Paulo piorar os resultados", diz Cássio.

Em nota, a Secretaria de Educação de São Paulo disse que os resultados do Ideb reforçam o diagnóstico feio no início da gestão Tarcísio, que apontou uma "defasagem na aprendizagem e a necessidade de implementar medidas para recuperar o déficit acumulado ao longo da pandemia."

Segundo a pasta, as principais ações para recuperar o aprendizado foram implementadas a partir do 2º semestre de 2023. A secretaria ressaltou a mudança curricular no ensino médio, que aumentou a carga horária para as disciplinas de matemática e português.

Também citou a ampliação do itinerário do ensino técnico nas escolas regulares da rede e destacou ainda a digitalização dos processos de ensino, como o aplicativo para acompanhar a frequência escolar dos alunos.



Obviamente, o processo de digitalização observado na rede pública de ensino paulista não se resume à compra de itens de TI e à impressão de material gráfico. É preciso também investigar a própria contratação de material apostilado virtual e de plataformas eletrônicas, no bojo da tentativa de digitalizar quase integralmente as estratégias didático-pedagógicas da maior rede pública de ensino do país.

A esse respeito, importa destacar que a Secretaria de Estado de Educação de São Paulo tem trabalhado com empresa de Inteligência Artificial chamada Kumulus. Bem como foram contratadas as seguintes plataformas digitais: Aluno Presente, Alura, Redação Paulista, TarefaSP, Khan Academy, Matific, LeiaSP, SuperBI, Me Salva!, Elefante Letrado e InglêsSP, entre as quais os estudantes utilizam diretamente as plataformas: Alura, Redação Paulista, Leia SP, Khan Academy, Matific, Tarefa SP, Inglês SP, Me Salva! e Elefante Letrado.

Em face desse cenário, interessa ao *Parquet* de Contas que a **Secretaria de Estado de Educação seja demandada a responder às seguintes perguntas:**

- 1) Quais as justificativas pedagógicas para a aquisição dessas licenças?
- 2) Como a aquisição dessas plataformas é avaliada em termos da qualidade dos resultados de aprendizagem na rede estadual?
- 3) Para cada uma dessas plataformas, quais são as políticas de armazenamento e proteção de dados pessoais? De que forma a SEE-SP garante a proteção dos dados de seus estudantes e profissionais?
- 4) Quais são os termos do contrato com a empresa Kumulus? Haveria perda de autonomia pedagógica dos profissionais da educação em face da adoção generalizada de *slides* e outros instrumentos de inteligência artificial na preparação das aulas padronizadas digitalmente? Há controle disciplinar sobre professores a partir do monitoramento do tempo e do tipo de uso das plataformas digitais em sala de aula?

Em face de todo o exposto e diante dos apontamentos trazidos pela diligente Fiscalização, o Ministério Público de Contas propõe, respeitosamente, a assinatura de prazo à Origem para que responda às perguntas arroladas ao longo deste parecer, bem como que apresente os argumentos que julgar cabíveis em face da representação e dos ofícios que deram causa aos processos ora examinados, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório.



Com a realização da diligência referida, pugna o Ministério Público de Contas por nova vista dos autos ao final da instrução.

São Paulo, 4 de setembro de 2024.

ÉLIDA GRAZIANE PINTO
PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

/58

